

# ELEMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA VERTENTE INSTRUMENTAL DA TEMÁTICA AMBIENTAL E O CONTRAPONTO MARXISTA

## HISTORICAL AND PHILOSOPHICAL ELEMENTS OF THE INSTRUMENTAL ASPECT OF ENVIRONMEN- TAL ISSUES AND THE MARXIST COUNTERPOINT

Flávio Roberto Chaddad<sup>1</sup>

1. Mestre em Educação Escolar  
pela UNESP/Araraquara/SP em  
2016.

Diretor de Educação Básica  
(1° ao 5° Anos) em Salto de  
Pirapora/SP.

Email: frchaddad@gmail.com

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

### RESUMO

Este texto visa discutir as influências históricas da vertente instrumental da temática ambiental, através da relação homem e natureza; da ênfase ao discurso do competente e da não superação do capitalismo. Verificou-se que desde os mitos sempre se buscou o domínio da natureza, mas que se efetivou com o cientificismo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Estes séculos também fundamentaram a *geni* do discurso do competente, onde, através da filosofia de Descartes e Kant, o sujeito do conhecimento se eternizou como *aletheia* e o processo histórico foi negado. Como contraponto, a filosofia marxista propõe outra relação entre o homem e natureza; o discurso do competente como produto de uma articulação entre a lógica formal e a lógica dialética, em que a história é apropriada criticamente, e a intencional superação do processo capitalista.

Recebido em: 14/04/2016

Aceito em: 09/08/2016

**Palavras-Chave:** Temática Ambiental. Razão Instrumental. Educação Ambiental. Ciência Moderna. Marxismo.

## ABSTRACT

This text aims to discuss the historical influences of the instrumental aspect of environmental issues, through the relationship man and nature; the emphasis on the discourse of the competent; and the not overcoming of the capitalism. It was found that since the myths it has always been sought the domination of nature, but that was accomplished with the Scientism of the 16<sup>th</sup>, 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries. These centuries also based the geni of the discourse of the competent where, through the philosophy of Descartes and Kant, the subject of knowledge is immortalized as Aletheia and the historical process was denied. As a counterpoint, the Marxist philosophy proposes another relation between man and nature; the discourse of the competent as a product of articulation between logic and dialectical logic, in which the history is critically appropriate, and the intentional overcoming of the capitalist process.

**Keywords:** Environmental Issues. Instrumental Reason. Environmental Education. Modern Science. Marxism.

## INTRODUÇÃO

Este texto visa discutir as características herdadas historicamente e que constituem a vertente instrumental da temática educativa ambiental. Elas podem ser divididas em três: em primeiro lugar, situa-se a relação que foi estabelecida entre o homem e a natureza, desde os primórdios da humanidade; em segundo lugar, a técnica como solução dos problemas ambientais, enfatizando o discurso do competente e de sua relação com a presentificação da verdade (*Aletheia*) e, em terceiro lugar, a não crítica ao capitalismo e, consequentemente, a sua não superação pela via subjetiva e objetiva.

Por sua vez, além de elucidar os elementos históricos e filosóficos que contribuíram para a elaboração e constituição da vertente instrumental da temática educativa ambiental, segundo estas características (a relação entre homem e natureza; a ênfase do discurso do competente e a não superação do processo capitalista), aponta, como

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

contraponto, a colaboração da narrativa marxista para a discussão da questão ambiental sobre estes parâmetros.

De antemão, antes de se adentrar nos elementos históricos filosóficos responsáveis pela fundamentação da vertente instrumental da temática ambiental, torna-se necessário definir o que seja razão instrumental. Santos (2007) define o conceito de razão instrumental. Segundo ele afirma:

Aristóteles distingue quatro tipos de causa: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final. As leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o como funciona das coisas, em detrimento de qual agente ou qual o fim das coisas. Há a expulsão, portanto, da causa primeira e da intenção e, conseqüentemente, a ciência se transforma em instrumental. É este tipo de causa formal, que permite prever e, portanto, intervir no real e que, em última instância, possibilita e faz a ciência moderna responder à pergunta sobre os fundamentos do seu rigor e da sua verdade com o elenco dos seus êxitos na manipulação e na transformação do real (p.16).

Ela possui seus fundamentos nos mitos, como se verá neste esboço, mas utilizando-se de seus pressupostos irá desembocar de forma avassaladora na modernidade e na contemporaneidade, onde a ciência edificou a técnica e esta foi utilizada para a dominação do homem e da natureza.

Assim, este é o princípio que permite que se entenda ou se procure entender a natureza como engrenagens de um relógio, passíveis de serem descobertas e manipuladas pela ciência moderna e atual. Ou então, que se entenda a educação apenas como um mecanismo de adaptação e/ou adestramento do ser humano ao sistema de produção capitalista, em lugar de ser um processo que tenha por finalidade a emancipação humana e não apenas política.

## **Elementos Históricos da Vertente Instrumental da Temática Educativa Ambiental**

Em se tratando das características a serem analisadas neste trabalho, que versam sobre: a relação entre homem e natureza no processo histórico; a eternização da verdade através do discurso do competente para a solução dos problemas ambientais e, por fim, a não superação do processo capitalista, tendo em vista que os problemas ambientais para os ideólogos do sistema carecem, sobretudo, de soluções técnicas e financeiras, pode-se dizer que se buscará uma

articulação entre elas, pois se entende aqui que elas se interagem de tal forma que não há condições de se discutir uma sem se referenciar a outra. Isto porque a razão instrumental, que é o foco desta análise, estabelece relações ou perpassa todas estas categorias. Por exemplo, ao se falar que a ciência moderna se apropriou da natureza de forma a transformá-la em um objeto, não se pode deixar de pensar no cientista e em sua voz, que presentifica as soluções dos problemas ambientais, esquecendo-se da história. As soluções são mediadas sempre pela tecnologia e pela mudança pontual de comportamento diante da realidade: como, por exemplo, a separação do lixo com a finalidade da reciclagem.

Assim, em linhas gerais do texto *O Conceito de Iluminismo*, Adorno e Horkheimer (1999) mostram que o saber provindo do iluminismo está a serviço da burguesia ou da economia capitalista que não conhece obstáculos. Este saber é movido principalmente pela razão instrumental, que não possui nem um princípio e nem um fim ético, serve apenas para transformar o homem e a natureza em objetos para os mais diversos fins. Segundo afirmam, Bacon tem uma concepção patriarcal do entendimento das coisas e da natureza: “o entendimento - que venceu a superstição - deve ter voz de comando sobre a natureza desenfitejada” (ADORNO; HORKHEIMER, 1999, p.18). Mas não apenas sobre a natureza. Este saber que se relaciona com as coisas como o ditador se relaciona com as pessoas, foi muito utilizado pela máquina de matar nazista na Segunda Grande Guerra Mundial nos campos de concentração, onde milhares de seres humanos foram dizimados. Para tanto, estas pessoas eram reduzidas a objetos, para que pudessem ser manipuladas pelos nazistas. Tudo foi pensado para provocar a dor e a morte.

Assim, se com os mitos os seres humanos procuravam ter um maior controle sobre a natureza, com a ciência instrumental os homens conseguem.

E não apenas isto, este controle perpassa toda a sociedade. Se o esclarecimento foi um momento em que pressupunha que as luzes libertariam os seres humanos das trevas, ele se revelou o próprio mito, pois a sua lógica buscou-se apropriar da realidade coisificando o homem e a natureza. Desta forma, a sujeição do homem e da natureza à razão instrumental, que guia o processo de produção capitalista, tem as suas origens na história, na antiguidade clássica - nos mitos. Aqui não há distinção como afirmam estes autores entre os mitos e o esclarecimento: “Assim como os mitos já são iluminismo, assim também o iluminismo se envolve na mitologia a cada passo mais

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

profundamente. Ele recebe todo o seu material dos mitos, para então, destruí-los e, enquanto justiceiro, cai sob o encantamento mítico” (ADORNO; HORKHEIMER, 1999, p.27).

Além disso, se no mito estão as bases da ciência moderna, nele também está imbricado o poder do curandeiro que se transferiu para o cientista. Este, fazendo uso da ciência, se presentifica como verdade: os problemas ambientais – como já enfatizados acima - são solucionados por este senhor do mundo, aquele que o desmitifica. Ele se eterniza e aqui as verdadeiras soluções para os problemas ambientais são ideologicamente fetichizadas: o capitalismo não é questionado. Desta maneira, antes dos antigos e primeiros filósofos gregos, existiram as epopeias homéricas – as narrativas mitológicas - que segundo Theodor Adorno e Max Horkheimer (1999) não deixavam de ser, na figura dos deuses, uma tentativa de dominação da natureza e as bases para o esclarecimento ou iluminismo.

Mesmo se os primeiros filósofos gregos Tales de Mileto, Anaxímenes, Anaximandro e Heráclito de Éfeso sejam considerados para muitos pensadores como panteístas e/ou hilozoístas - ou seja, aqueles que pensam que a matéria é viva, que todas as coisas estão repletas de deuses, de poder de criação e que o mundo está em constante fluxo e transformação - e que por isso são apontados como articuladores de uma nova aliança entre o homem e a natureza, para Theodor Adorno e Max Horkheimer (1999) eles fazem parte do mesmo e do único processo racionalizador de dominação da natureza e instrumentalização do mundo:

[...] As categorias, nas quais a filosofia ocidental determinara sua eterna ordem da natureza, marcavam os lugares, antigamente ocupados por Ocnos e Perséfone, Ariadne e Nereu. As cosmologias pré-socráticas fixam o momento da transição. A umidade, o indiferenciado, o ar e o fogo, nelas tratados como material primitivo da natureza são justamente sedimentações meramente racionalizadas da visão mítica do mundo (p.20).

Este processo racionalizador, que teve suas origens nos mitos, foi impulsionado pela filosofia de Pitágoras, Parmênides de Eléia, Sócrates, Platão e Aristóteles, num primeiro momento, logo depois com Santo Agostinho e Tomás de Aquino com a escolástica e, por fim, com os filósofos cientificistas dos séculos (XVI; XVII e XVIII): Francis Bacon, René Descartes, Isaac Newton e Immanuel Kant. Estes filósofos contribuíram sobremaneira para a edificação do cristianismo com as ideias da existência de um Deus diferente da natureza, do homem como sendo sua imagem e semelhança, com a falácia da existência de uma alma intelectiva, da criação do reino dos céus,

apropriada através do mundo das ideias de Platão, e para que a razão, que deveria ser um veículo de emancipação do ser humano, fosse utilizada de forma instrumental: para coisificar e dominar a res extensa e tudo o que advém da natureza, inclusive os próprios seres humanos. Adorno e Horkheimer (1999) analisam desta forma estes fatos:

O Deus criador e o espírito ordenador são iguais entre si enquanto senhores da natureza. No homem, o seu ser feito a imagem de Deus consiste na sua soberania sobre o que existe, no seu olhar de senhor, no comando. O mito passa a ser iluminação e a natureza, mera objetividade (p.24).

O esclarecimento ou *as luzes* não deixa de ter suas raízes e se identificar com o próprio mito. Segundo Adorno e Horkheimer (1999), o fundamento do mito sempre estivera na projeção do ser humano sobre a natureza: “Para o iluminismo, as múltiplas figuras míticas podem ser todas elas remetidas a um mesmo denominador comum, elas se reduzem ao sujeito” (ADORNO; HORKHEIMER, 1999, p.21). Esta vontade de dominar já estava presente nos mitos. Apenas que, com a ciência moderna, a natureza pode ser finalmente dominada, sem apelar a propriedades ocultas. Conforme coloca estes autores: “O que não se ajusta às medidas da calculabilidade e da utilidade é suspeito para o iluminismo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1999, p.21). Uma vez que o esclarecimento estabelece-se sem ser perturbado pelos deuses, nada mais lhe serve de freio: a natureza é dominada pela ciência e rebaixada de uma vez por todas a um patamar de matéria (ADORNO; HORKHEIMER, 1999).

Adorno e Horkheimer (1999) afirmam que através dos mitos o homem buscava ter o poder total sobre as entidades [biológicas ou não] e realizar o irrealizável, algo que estava fora do alcance da realidade. Note-se que, aqui, havia uma identidade entre o animado e inanimado com o ser humano, o que irá desaparecer por completo com a ciência moderna dos séculos (XVI e XVII):

Para as práticas locais do curandeiro poderem ser substituídas pela técnica industrial universalmente aplicável, foi necessário, em primeiro lugar, ter havido um processo em que os pensamentos se tornaram independentes dos objetos, semelhante ao que se perfaz no eu adaptado à realidade” (p.26).

Assim, se, com os mitos, o homem buscava um poder total sobre os acontecimentos mais corriqueiros da vida, com o advento do poder racionalizador, proposto pelo Iluminismo, que é o reflexo da ciência moderna, ele consegue e todas as entidades passam, agora, para este homem da ciência representar coisas, conforme afirmam estes autores:

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

Um átomo não é desintegrado enquanto representante, mas enquanto espécimen da matéria. E o coelho não assume qualquer função representativa, mas, incompreendido – pois irracional para a ciência – atravessa a *via crucis* do laboratório como um mero exemplar (p.26).

Para o estabelecimento destas características muito contribuiu a ciência moderna, que tem suas bases fundamentadas graças a três patriarcas filósofos-cientificistas dos séculos (XVI, XVII e XVIII): Francis Bacon, René Descartes e Immanuel Kant. Como Adorno e Horkheimer (1999) bem colocam em seu texto *O Conceito de Iluminismo*, para Francis Bacon a ciência é poder:

Poder e conhecimento são sinônimos. A felicidade estéril, provinda do conhecimento, é lasciva tanto para Bacon quanto para Lutero. O que importa não é aquela satisfação que os homens chamam de verdade, o que importa é a *operation* o poder eficaz (p.19).

Esta passagem do texto *O Conceito do Iluminismo* tem sua correspondência no Livro I do texto *Novo Organun*, no aforismo III: “Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito” (BACON, 1999, p.33). Este poder científico vem justamente do método indutivo, inventado e aplicado por Francis Bacon e de milênios de história, desde os mitos. Conforme o texto *O Ponto de Mutação*: “Francis Bacon foi o primeiro a formular uma teoria clara do procedimento indutivo, ou seja, a realizar experimentos e extrair deles conclusões gerais, a serem testadas novamente” (CAPRA, 1999, p.51). A partir de Francis Bacon, a ciência pode realizar o irrealizável para os mitos: o conhecimento pode, de uma vez por todas, ser utilizado para dominar e controlar a natureza, conforme também enfatizaram Theodor Adorno e Max Horkheimer (1999, p.21). Ainda: “Os termos em que Francis Bacon defendeu esse novo método empírico de investigação eram não só apaixonados, mas com frequência, rancorosos” (CAPRA, 1999, p.52).

Como este filósofo-cientificista fazia parte dos tribunais da Santa Inquisição, as mesmas palavras mencionadas para condenar uma Bruxa <sup>[2]</sup> tinham as suas contrapartidas na finalidade de seu método científico, que se concretizaria pela dominação do homem sobre a natureza de uma vez por todas. A natureza, na opinião dele, era apenas matéria, objeto: “Tinha que ser acossada em seus descaminhos, obrigada a servir e escravizada. Devia ser reduzida a obediência e o objetivo do cientista era extrair da natureza, sob tortura,

---

2 Pessoas que tinham uma relação qualitativa com a natureza.

todos os seus segredos” (CAPRA, 1999, p.52).

Segundo Junglhaus (2014), com este discurso, a modernidade concebeu esta relação à luz de uma epistemologia, cujo fundamento é uma inevitável transformação de qualquer objeto de estudo em coisa disponível para intervenção utilitária (instrumental) do sujeito cognoscente, do cientista que é detentor da técnica e que se eterniza como *Aletheia*, esquecendo-se ideologicamente do processo histórico e do modo de produção capitalista, que é o verdadeiro causador da degradação ambiental e social.

Para este sujeito o que importa é a técnica, que é poder. Assim, para esta epistemologia, a razão é poder como dito acima. Poder de conhecer a natureza para dominar, controlar e usar. Isto significa a existência de dois mundos com muito pouca, nenhuma ou de uma relação de dominação de um sobre o outro. A natureza é dominada pela técnica, assim como a técnica é fetichizada em detrimento de uma leitura histórica da realidade. A análise do modo de produção capitalista - como produto da história - é esquecida. Assim, Adorno e Horkheimer (1999) enfatizam que a partir da ciência moderna:

O iluminismo se relaciona com as coisas assim como o ditador se relaciona com os homens. Ele os conhece na medida em que os pode manipular. O homem de ciência conhece as coisas, na medida em que as pode produzir. É assim que o em-si das coisas vem a ser para ele. Na modificação, a essência das coisas se revela como já sendo desde sempre a mesma, como substrato de dominação (p.24).

Descartes foi outro pensador que, com seu sistema filosófico, antropológico e cientificista, subjugou a natureza e fundamentou a base do discurso do cientista - especialista ou do competente - que se eterniza como verdade, rompendo com o processo histórico. Se com Francis Bacon, a razão e a técnica tornam-se as grandes guias mestras da dominação do homem sobre a natureza e da valoração do discurso do competente ou especialista, com René Descartes esta dominação e a efetivação do discurso do competente ou especialista se aprofundam através de um fundamento filosófico criado por ele: este fundamento se baseia, sobretudo, no Cogito. Desta forma, pode-se dizer que a base ou estrutura para esta dominação e para materialização do discurso do competente está em seu método de conhecimento que é sustentado pelo *Cogito Ergo Sum* - Penso, logo existo!

A base para o *Cogito* é a dúvida. Diferentemente da dúvida do texto Discurso do Método, a dúvida nas *Meditações Metafísicas* não carrega consigo a ciência. Ela supera o espírito científico. Alquié apud Marques (1993) fala mesmo de engajamento do espírito

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

na busca de um ser no qual ele possa adquirir segurança. Para ele, o processo da dúvida, que se faz presente nas Meditações Metafísicas, é eminentemente ontológico. Este processo encerra em si uma filosofia e uma antropologia que traz repercussões para a construção de uma concepção de homem e de como este homem se relaciona com o mundo durante a história.

Desta forma, mais profundamente ou agudamente do que no Discurso do Método, é colocada a questão sobre a existência ou não do mundo exterior, sobre até que ponto a percepção sensível nos faz perceber a natureza das coisas. Mas a dúvida se radicaliza quando Descartes apresenta a hipótese do Deus enganador, que faz com que nós nos enganemos constantemente. Porém, mesmo assim, Descartes afirma que somos mesmo sendo enganados. Ou seja, existimos porque estamos pensando. Aqui ele refuta determinadamente a nossa não existência e, enfatiza, sobretudo, que existimos porque pensamos. Mas não afirma o mesmo para o mundo lá fora. Para ele, mesmo se todo o mundo lá fora não existir, nós – como sujeitos pensantes – existiremos porque estamos pensando e, se estamos pensando, mesmo que enganados, nós somos alguma coisa: nós existimos. Ele enuncia que a nossa existência está ligada ao nosso pensamento – ou seja, a *res cogitans* (MARQUES, 1993).

As implicações do *Cogito* para a construção de uma concepção de homem e para a posição que este homem ocupa diante do mundo influenciam até nossos dias o modo de pensar as soluções para o meio ambiente. Aqui, em René Descartes, este homem do mundo passa a ser apenas uma substância, que se move sobre a Terra e que se fecha para as relações socioambientais historicamente estabelecidas e determinadas.

Este homem de Descartes, que rompe com o processo histórico, pois se presentifica como verdade, não realizando a análise das relações entre o homem e o homem e nem entre o homem e a natureza que foram estabelecidas há milênios, mas simplesmente se representa como o *Cogito* se liga ao mundo através de um par de olhos. Ele não tem corpo, já que o corpo é desprovido de existência. Assim, como sem corpo não consegue estabelecer relações com a humanidade e nem com a natureza: o homem histórico é apagado. Se este homem está ligado ao mundo apenas com um par de olhos, ele se eterniza como uma verdade. É aqui que se começa a encontrar uma das *geni* do discurso ideológico e neutro do especialista ou competente – que é eternizado como *Aletheia*. Além disso, do rompimento com o passado e futuro, ou seja, com a história, este sujeito do *Co-*

*gito* também rompe com a natureza. Para René Descartes, a natureza passa a ser vista sem existência, como uma máquina animada, como ele próprio enuncia na parte V do Discurso do Método:

[...] Assim, o que fazem melhor do que nós não nos prova, em absoluto, que tenham espírito, pois, se assim fosse, tê-lo-iam muito mais do que nós e procederiam melhor em tudo. Mas isso antes prova que eles não possuem espírito algum, e que a natureza é que age neles de acordo com a disposição dos seus órgãos, da mesma forma porque um relógio, sendo composto exclusivamente de rodas e de molas, pode contar as horas e medir o tempo mais exatamente do que nós, malgrado toda a nossa prudência (DESCARTES, 2000, p.58).

A razão cartesiana, porém, irá ser exacerbada agora com a filosofia de Immanuel Kant, que data do século XVIII. Isto porque em Kant este sujeito do conhecimento, que passa agora ser conhecido como abstrato sujeito cognoscente, sofre um processo de subjetivação muito grande devido a sua teoria do conhecimento e rompe com o processo histórico e com a realidade, causando, portanto, o rompimento entre natureza e cultura. Ele, atingindo o plano da universalidade e da necessidade, através das categorias do entendimento, se eterniza como verdade, tornando-se uma eterna presentificação. Assim, este processo que eterniza o discurso do competente, que tem uma de suas *geni* com Descartes, exagera-se com Immanuel Kant.

Diferente de inatistas e empiristas, Kant colocou a razão no centro, provocando o que denominou como Revolução Copernicana na filosofia e na teoria do conhecimento. Kant perguntava o que ela é; o que ela pode conhecer; quais as possibilidades para que haja conhecimento verdadeiro e quais são os seus limites, já que para os seus antecessores (empiristas e inatistas) a razão podia tudo (CHAUÍ, 1995). Neste sentido, Immanuel Kant afirma que o sujeito do conhecimento ou aquele que conhece é a razão universal. Segundo Chauí (1995):

A razão é uma estrutura vazia, uma forma pura sem conteúdos. Essa estrutura (e não os conteúdos) é que é universal, a mesma para todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares. Essa estrutura é inata, isto é, não é adquirida através da experiência. Por ser inata e não depender da experiência para existir, a razão é - do ponto de vista do conhecimento - anterior à experiência. Ou, como escreve Kant, a estrutura da razão é a priori (vem antes da experiência e não depende dela). Porém, os conteúdos que a razão conhece e nos quais ela pensa dependem da experiência. Sem ela, a razão seria sempre vazia, inoperante, nada conhecendo. Assim, a experiência fornece a matéria (os conteúdos) do conhecimento para a razão e esta, por sua vez, fornece a forma (universal e necessária) do conhecimento. A matéria

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

do conhecimento, por ser fornecida pela experiência, vem depois desta e por isso é, no dizer de Kant, a posteriori (p.78).

Chauí (1995) enfatiza que a estrutura da razão é uma forma pura, sem conteúdos. Estes conteúdos são recebidos externamente e elaborados pelas categorias do entendimento ou os conhecimentos puros e a *priori*, como, por exemplo, a qualidade, a quantidade, a causalidade, a finalidade, a falsidade; a verdade e a particularidade (CHAUÍ, 1995). Kant (1999), em seu texto *Crítica da Razão Pura*, caracteriza estes conhecimentos a *priori*:

O que importa aqui é um traço pelo qual possamos distinguir de modo seguro um conhecimento puro de um empírico. Na verdade, a experiência nos ensina que algo é constituído deste ou daquele modo, mas não que possa ser diferente. Em primeiro lugar, portanto, se encontra uma proposição pensada ao mesmo tempo com sua necessidade, então ela é um juízo a priori; se, além disso, não é derivada senão de uma válida por sua vez como uma proposição necessária, então ela é absolutamente a priori. Em segundo lugar, a experiência jamais dá aos seus juízos universalidade verdadeira ou rigorosa, mas somente suposta e comparativa (indução), de maneira que temos propriamente que dizer: tanto quanto percebemos até agora, não se encontra nenhuma exceção desta ou daquela regra. Portanto, se um juízo é pensado com universalidade rigorosa, isto é, de modo a não lhe ser permitida nenhuma exceção como possível, então não é derivado da experiência, mas vale absolutamente a priori (p.54).

Nesta passagem Kant diferencia um conhecimento puro de um conhecimento empírico. Para ele, um conhecimento puro ou a *priori* é aquele que atinge o plano da necessidade e universalidade, ou seja, aquele que não admite nenhuma exceção como, por exemplo, as Categorias do Entendimento. Isto o diferencia do conhecimento empírico.

Desta forma, através destes conhecimentos puros ou a *priori*, como, por exemplo, o próprio conceito de espaço, ocorre uma profunda subjetivação no processo do conhecimento, delimitando o que pode ser conhecido da realidade em si, que não pode ser apreendida. Agora não é mais através do Cogito que o homem se diferencia e se torna superior à natureza, mas é através dos conhecimentos puros como as Categorias do Entendimento que o diferencia da *res extensa*. Com isso, Kant separou a natureza do ser humano, que passou a ter outra constituição que não a natural. Assim, os conhecimentos puros ou a priori como as categorias do entendimento é que são importantes aqui, pois são as bases do rompimento da cultura com a natureza, bem como a do discurso do competente e/ou do especialista que se eterniza como *aletheia* (verdade presente em grego).

Neste sentido, são as categorias que *a priori* irão determinar a formulação do conceito, enquadrando-se entre os aspectos mais importantes para a formação do discurso do sujeito competente. Assim, este sujeito rompe com a história porque não é a história que o determina, mas as categorias do entendimento que fazem parte da estrutura da razão.

Excluindo-se do passado e do futuro, produto da exacerbação da subjetivação, se eterniza como *Aletheia* (verdade presente em grego). Portanto, entre estes dois filósofos – Descartes e Kant - é que o discurso do competente é ancorado. Eternizados como *Aletheia*, pelo *Cogito* cartesiano e pelas Categorias do Entendimento de Kant, os especialistas ou competentes enfatizam que as soluções para os problemas ambientais estão na técnica e não na reelaboração do passado, tencionando a superação por incorporação do mesmo.

Se com Descartes e Kant aprofundou-se em muito o rompimento entre natureza e cultura e o sujeito do conhecimento se eternizou como *Aletheia*, o que trouxe e que traz repercussões, nos dias atuais, para se pensar a relação entre o homem e a natureza, o discurso do competente e a preponderância da técnica sobre o discurso histórico nas soluções para os problemas ambientais, com Hegel apud Chauí (1995) há uma reviravolta na teoria do conhecimento - ou seja, há o resgate de uma história opaca ainda, mas mesmo assim o sujeito do conhecimento torna-se produto da história.

Neste sentido, este sujeito não é mais produto do *Cogito* de Descartes e nem das Categorias do Entendimento de Kant, mas ele é histórico – mesmo sabendo que a história é que o determinaria. Conforme Chauí (1995), a filosofia desde seus tempos mais remotos sempre considerou que as ideias verdadeiras fossem eternas; as mesmas em todo o tempo e em todo lugar – como já visto em Descartes e Kant, sujeitos que rompem com a história (passado e futuro) e se eternizam como *Aletheia*. Hegel critica, portanto, esta intemporalidade da razão. Para Hegel, a mudança, a transformação da razão e de seus conteúdos é obra racional da própria razão (CHAUÍ, 1995).

Segundo esta autora, Hegel afirma e diz que a razão é uma síntese histórica entre a razão objetiva e a razão subjetiva (entre empiristas, inatistas e kantianos): “Ela é conhecimento da harmonia entre as coisas e as ideias, entre o mundo exterior e a consciência, entre objeto e o sujeito” (CHAUÍ, 1995, p.81). Mas esta unidade histórica não é um dado eterno, imutável, que existiu sempre, como quer Schopenhauer – as verdades intemporais – ela é sempre uma conquista da razão, conforme afirma: “A razão não tem como ponto

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

de partida esta unidade, mas sim como ponto de chegada” (CHAUÍ, 1995, p.81). Segundo Chauí (1995), para Hegel:

[...] os conflitos filosóficos são a história da razão, buscando conhecer-se a si mesma e que, graças a tais conflitos, a Filosofia pode chegar à descoberta da razão como síntese, unidade ou harmonia das teses opostas ou contraditórias (p.82).

Conforme Chauí (1995), esta razão para Hegel é a manifestação do Espírito do Mundo ou Deus Histórico. A história dos povos, sua gradual sucessão, não passa de momentos do único espírito universal, o qual, através deles e sem nenhum controle os homens, que são totalmente dominados e determinados como fantoches ou marionetes por este Espírito do Mundo, conforme afirma Marcuse (1969), agem para a edificação do estado burguês e/ou da livre iniciativa, que nada mais seria que a máxima manifestação deste *Espírito* (CHAUÍ, 1995; ARANTES, 1999).

Assim, a soberania do Espírito (razão), revela um mundo controlado pelas forças da história, em lugar de controlá-las: “A história revela-se como um patíbulo (cadafalso) onde foram sacrificadas a felicidade dos povos, a soberania dos Estados e as virtudes dos indivíduos” (MARCUSE, 1969, p.213).

Através do Espírito do Mundo, Hegel também uniu Natureza e Cultura, que desde os mitos até Immanuel Kant tinham sido separadas dos seres humanos. No entanto, o sujeito do conhecimento se mostra determinado pela história. Ele, inconsciente, trabalha em prol a realização deste Espírito, que se manifesta na liberdade, através da realização do estado burguês ou da livre iniciativa. Nesta época em que vivemos como naquela, ainda o sistema de produção capitalista se mostra como um modo de produção eterno e imutável, que se justifica pela ideologia – como a que está presente no sistema hegeliano – e pela alienação. Em suma, com Hegel há a reconciliação entre humanos e a natureza <sup>[3]</sup> e o sujeito do conhecimento é produto da história; mas esta história, como afirma Marcuse (1969), é a manifestação livre do Espírito (razão) e não a intencionalidade humana.

Assim, este sujeito do conhecimento que, em Descartes, estava preso ao Cogito e, em Kant, às Categorias do Entendimento, agora está preso a História, que nada mais é que a manifestação do Espí-

---

3 Conforme Chauí (1995, p.202), para Hegel só existe o Espírito. Natureza e Cultura nada mais são que exteriorizações do Espírito. Ambas são reunidas e reconciliadas na interiorização do próprio Espírito, quando este se reconhecer como interioridade que se manifestou externamente como Natureza e Cultura.

rito do Mundo. Ele é um Universal, inconsciente, a serviço deste Espírito. Sua função para este Espírito é de apenas fazer com ele tenha liberdade para se realizar, o que, para Hegel, ocorre quando os estágios em direção a sociedade burguesa (Estado Liberal) são superados. Portanto, o pensamento de Hegel que, resgata a história na filosofia, o faz como sendo a manifestação do Espírito. Os seres humanos para Hegel são controlados por este Espírito (razão) ao invés de controlá-lo. Aqui há nitidamente a edificação de uma ideologia, em que se justifica o liberalismo burguês como a máxima manifestação da vontade do Espírito.

Ao afirmar que a lógica deste Espírito é a dialética, ou seja, o seu movimento, ele tende à transformação que está presente no pensamento de Heráclito de Éfeso, que influencia a corrente crítica da temática ambiental. Porém, ao estabelecer que a vontade do Espírito (razão) é a realização do Estado Liberal ele se mostra avesso à mudança e à transformação da sociedade, optando pela permanência *parmenídica* do estado de coisas atual, pois o reafirma com todas as suas contradições.

## O Contraponto Marxista

Levando-se em conta a característica que versa sobre a relação entre o *homem e a natureza* - pode-se dizer que quando Marx fez suas análises do processo capitalista o mundo não passava por uma grave crise ambiental. Não obstante, mesmo assim, ele traz algumas discussões sobre a questão ambiental, muitas vezes levando em consideração: as condições insalubres dos operários nos bairros ingleses, a destruição dos solos, a destruição das florestas e, principalmente, o papel da natureza para a construção do sistema capitalista - o como este autor via a natureza e a sua função de gerar riqueza.

Conforme Löwy (2005), nem Marx e nem outros socialistas de sua época davam conta que a natureza fosse limitar o crescimento da produtividade e a veiculação dos bens de produção para todos. Estudioso da obra de Marx e Engels, Löwy (2005), na primeira parte de seu texto *Ecologia e Socialismo*, analisa os limites e as possibilidades do viés ecológico na bibliografia destes pensadores. Segundo afirma, a ecologia não é tema central nestas obras. Para ele, este fato é decorrente da própria época em que viviam estes autores, onde a natureza era vista como um bem ilimitado. Porém, algumas passagens referentes à natureza e de como ela deva ser conduzida pelo ser humano podem ser notadas.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

Mesmo não sendo um grande problema de seu tempo, como é agora, este autor visionário traz grandes reflexões sobre a relação entre o homem e a natureza. Se analisarmos o que foi dito até aqui, desde os mitos até Kant, pode-se dizer que a natureza sempre foi vista como algo que deveria ser dominada pelos seres humanos. Com o tempo, principalmente, com Bacon, Descartes e Kant a natureza – além de ser dominada pelo espírito científico patriarcal – passou a representar como algo externo ao ser humano. Se com Descartes o ser humano se isolou da natureza e do processo histórico com o Cogito, com Kant este isolamento ocorreu com as Categorias do Entendimento.

Segundo Chauí (1995), para Kant, a razão não está nas coisas, mas somente em nós seres humanos. Com Hegel, porém, houve a unificação entre *Natureza* e *Cultura* pelo Espírito do Mundo, ambas para ele eram, nada mais e menos, que expressão deste Espírito. Entretanto, na medida em que enfatizou que este Espírito se realizaria plenamente em liberdade, deu margem para ideologicamente apontar o melhor estado para humanidade – fruto deste Espírito – ou seja, o Estado Burguês ou Liberal. Com isto, ele decretou, de antemão, a utilização indiscriminada da natureza pelo capitalismo nascente.

Marx, por sua vez, através das análises de Löwy (2005), diz que a natureza é o corpo orgânico do ser humano e que o produtivismo capitalista estava rompendo com este equilíbrio. Além disso, ele também asseverou que qualquer ação que o homem fizesse contra a natureza, ela se vingaria. Mas, em momento algum ele explicita como deve ser uma pretensa relação entre o homem e a natureza. Esta explicitação - de como deveria ser a relação entre o homem e a natureza - ficará a cargo de outros autores, quando estes puderam ver e sentir o potencial de destruição do ser humano perante o Planeta.

Neste sentido, Löwy (2005) coloca a discussão promovida por Walter Benjamin em seu texto *Sentido Único* de 1928. Walter Benjamin foi uma dos primeiros marxistas do século XX a se colocar este tipo de questão: “em 1928, em seu texto *Sentido Único*, ele denunciava a ideia de dominação da natureza <sup>[4]</sup> como um ensino imperialista e propunha uma nova concepção da técnica que resultasse no domínio da relação entre a natureza e a humanidade” (LÖWY, 2005, 43).

Por fim, quanto a esta característica, Oliveira e Buchala (2007) reafirmam o que Benjamim *apud* Löwy (2005) pontuou, porém trazem novos subsídios para se pensar na relação entre homem e natu-

---

4 Teve suas origens nos mitos até os dias atuais de acordo com Max Horkheimer e Theodor Adorno (1999).

reza na perspectiva marxista. Assim, afirmam que a oposição entre a natureza como reino da necessidade e da cultura como da liberdade, deve ser substituída por uma visão mais completa que mostra que o não humano não é desumano, do mesmo modo que o humano não é angelical:

Uma educação estruturada por meio desses princípios pressupõe não só o reconhecimento da ligação íntima entre natureza e cultura em busca de um novo sentido/movimento/trajetória que as compreenda como instâncias interdependentes, na qual uma tem a possibilidade de criar/recriar a outra, no seio do movimento evolutivo e histórico que conduziu à situação atual, mas também o reconhecimento desse sentido/movimento/trajetória, no seio da própria gênese humana, nos diferentes níveis em que se entende essa humanidade, sejam eles, os da cultura, espécie, populações, famílias, os do próprio indivíduo ou as incessantes interações formativas que emergem do corpo e do espírito, da razão e da emoção, do desejo e da vontade, dos interesses e da moral (OLIVEIRA; BUCHALA, 2007, p.14).

Levando em consideração o discurso do competente ou do especialista, onde a técnica é sobrevalorizada em relação ao processo histórico, pode-se dizer que com Marx há a valoração do processo histórico e a apropriação crítica da técnica. Assim, o sujeito do conhecimento não está preso ao Cogito, às Categorias do Entendimento e nem idealisticamente ao Espírito do Mundo. Para tanto, existe uma liberdade de ação, a partir do momento em que este se apropria de sua realidade, parte do real aparente para o concreto pensado, tencionando a superação do modo de produção capitalista.

Desta forma, liberdade e conhecimento andam juntos. Este sujeito do conhecimento deve dizer o que é a realidade - dizer o como as coisas são - para então mirar utopicamente no como as coisas devem ser, pois o germe de como as coisas devem ser se encontra no dizer de como as coisas são: “Toda objetivação, para ter êxito, deve ser a efetivação das possibilidades historicamente existentes” (LÖWY, 2005, p.113). Assim, ser livre para Marx é fundamentar a causa com o conhecimento. Só assim, é possível atingir os objetivos almejados em cada momento histórico, tencionando a superação do capitalismo.

Este conhecimento nada mais é que uma articulação entre os conhecimentos disciplinares produzidos pela lógica formal com os conhecimentos interdisciplinares produzidos pela lógica dialética. Este é o ponto chave, que concordam os marxistas: o conhecimento é a base para a ação (LESSA; TONET, 2011). Neste sentido, estes autores afirmam que a superação do sistema capitalista passa pelo conhecimento, que afirmo diz respeito a uma articulação entre a lógica formal e a lógica dialética, que produzirá um conhecimento crítico

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

da realidade. Deste modo, o sujeito do conhecimento conseguirá se livrar das alienações e da ideologia capitalista – falso conhecimento, segundo Karl Marx (LÖWY, 2005). Isto tudo visa, abrir caminho para o novo conhecimento da realidade. Com base nesse conhecimento [do como as coisas são] é possível determinar às tendências históricas predominantes e impulsionar as reais necessidades históricas da humanidade [de como as coisas devem ser]. Mas esta identificação da realidade histórica não quer dizer que será suficiente para a superação do capitalismo e de toda sua brutalidade, como afirmam estes autores:

Contudo, a identificação dessas possibilidades não significa que elas de fato ocorrerão. Tudo depende de como as pessoas agirão no futuro e isso está diretamente relacionado às opções que venham fazer na vida cotidiana. Por isso, nessa esfera não é possível qualquer certeza absoluta. As possibilidades históricas são “possibilidades” que serão ou não objetivadas no futuro, dependendo das alternativas escolhidas pelos indivíduos em escala social (LESSA; TONET, 2011, p.115).

Por isso, a revolução comunista não é uma realização necessária do processo histórico, idealisticamente livre de intenção, não se realiza sem a participação efetiva dos seres humanos – como quer o Espírito do Mundo ou Deus Histórico hegeliano. Pelo contrário. Ela é intencional e produto da história. Depende das decisões do ser humano, que se baseia no conhecimento produzido por uma articulação entre a lógica formal com a lógica dialética, produzindo um novo conhecimento concreto – o concreto pensado – da realidade. Desta forma, ele se emancipa porque estará se livrando da ideologia capitalista (LESSA; TONET, 2011). Assim, a revolução: “é um ato pelo qual os homens assumirão conscientemente e com toda radicalidade o fato de serem eles os artífices da sua própria história” (LESSA; TONET, 2011, p.116). Para tanto, os homens devem colocar as necessidades humanas tendo como objetivo a superação do sistema de produção capitalista.

Desta forma, este sujeito histórico traz muitas repercussões para o sujeito do conhecimento. Como pôde ser observado, com Descartes e Kant, este sujeito foi eximido do processo histórico e se presentificou como verdade – *Aletheia*. Isto trouxe influências para o discurso do competente até os dias de hoje. Para este sujeito competente as soluções para os problemas ambientais estão na técnica e não na superação do sistema capitalista, pois este sujeito do conhecimento não se vê como produto da história. Por sua vez, se Hegel resgata o processo histórico, esta história é produto da realização

do Espírito do Mundo, onde o ser humano age inconscientemente e como um universal para realizá-lo plenamente. Portanto, este sujeito competente aqui em Hegel será um universal, onde sua principal função para o Espírito (razão) será de fazer emergir o Estado Liberal ou Burguês. Aqui, o discurso do competente baseado tanto em Descartes, Kant e Hegel ideologicamente encobre as reais causas da degradação ambiental em que o mundo se vê mergulhado: o sistema de produção capitalista e de suas formas de apropriação da realidade.

Porém, o sujeito do conhecimento para Marx e para os marxistas será produto da história. Mas não de uma história que controla as vontades humanas, que se faz expressão do Espírito (razão). Este sujeito se apropria das situações históricas para se autodeterminar. Ele tem consciência de que a ciência não é livre de interesses, não é neutra ou imparcial como quer o discurso do competente que tem suas raízes em Descartes, Kant e Hegel.

Para tanto, este sujeito do conhecimento marxista não nega o saber provindo da lógica formal. Ele é apropriado e contextualizado através da lógica dialética, pois como bem enfatizou Oliveira e Buchala (2007), o conhecimento produzido pela lógica formal é a base para o conhecimento, obtido através da lógica dialética, pois sem o qual o discurso se torna simplesmente vazio. Neste sentido, não há conhecimento científico livre de interesses, neutro e que se faz o principal ator na busca das soluções para o estado atual da degradação ambiental, como quer o discurso competente. Pelo contrário, a neutralidade científica é ideológica e à lógica dialética cabe mostrar, através da apropriação crítica do conhecimento e da realidade, outro caminho para a humanidade.

Por fim, ao se pensar na terceira característica, que versa sobre a questão que envolve a superação do sistema capitalista. Para o marxismo, o homem deve se aproveitar das condições históricas para que possa valer sua intencionalidade e se emancipar, ou seja, a emancipação aqui deve ser entendida como a realização da superação do capitalismo e não apenas uma emancipação política. Esta - por sua vez - passa pela superação das questões objetivas (materialidade) e subjetivas (inconsciente). Estas questões subjetivas devem ser levadas a sério, pois foi aonde todas as revoluções fracassaram: o Termidor Frances e a Revolução Russa de 1917.

Segundo Loureiro (2005), não basta apenas uma leitura econômica e política da situação da realidade, é preciso também uma leitura subjetiva da realidade. O Termidor Frances é um exemplo típico disto: “Junto com o Termidor histórico-social, veio o Termidor

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

psíquico. Os rebeldes - ao derrubarem o velho poder - se identificam com ele e por isto tornam a instituir um novo poder tão ou mais opressivo que o anterior” (LOREIRO, 2005, p.11).

Postas estas questões, torna-se necessário enfatizar ou salientar uma última crítica realizada por Löwy (2005) ao marxismo clássico. O marxismo clássico define a revolução social como supressão das relações de produção capitalistas, através do fim da propriedade privada, e, conseqüentemente, da apropriação do aparato industrial e tecnológico, que é utilizado pelo capitalismo. Segundo Löwy (2005), é preciso rejeitar esta perspectiva de um ponto de vista ecológico. O aparato industrial a serviço do capital não é neutro. Ele - através da realização da *mais valia* - está a serviço da acumulação e da expansão ilimitada do mercado e, conseqüentemente, da reificação do homem e da natureza. Desta forma: “faz-se necessário revolucioná-lo, transformando radicalmente a sua natureza, deve-se quebrá-lo e substituí-lo por outro, de natureza totalmente distinta” (LÖWY, 2005, p.55).

## Considerações Finais

Baseado no que foi dito aqui, a vertente instrumental da temática educativa ambiental assenta-se sobre três pilares: na separação entre homem e a natureza; na ênfase no discurso do competente e na não crítica do sistema de produção capitalista. Viu-se, portanto, que o mecanismo racionalizador operou, desde os mitos até os filósofos da modernidade, a separação entre o homem e a natureza, subjugando esta ao domínio daquele. Esta separação fundamentou-se, principalmente, no discurso de uma ciência patriarcal (que enfatiza o domínio da natureza) e filosoficamente no Cogito cartesiano e nas Categorias do Entendimento de Kant. Junto com ela, verificou-se a gênese do discurso do competente. Este sujeito - até os nossos dias - rompeu e rompe com toda a história e se eternizou e se eterniza como verdade (*Aletheia*). Para tanto, este sujeito enfatiza que as soluções para os problemas ambientais estão na técnica e não na superação do sistema de produção capitalista e de suas formas de alienação. Se com Hegel recupera-se a história, esta história ideologicamente é quem irá controlar, através do Espírito do Mundo (razão), as vontades dos seres humanos - que agem inconscientemente em favor deste Espírito. Se este autor resgata a história e a união entre cultura e natureza, pois afirma ser a expressão deste Espírito, o sujeito do conhecimento ou

competente passa a ser aquele que facilita a ação deste Espírito em busca do Estado ideal, que é o Estado Burguês ou da Livre Iniciativa. Ao reafirmar o Estado da Livre Iniciativa, Hegel estará acentuando as contradições que são inerentes a este sistema: a exploração do ser humano e da natureza.

Com Marx e com os marxistas, por sua vez, irá se fundamentar uma crítica a este estado de coisas, onde a história e a intencionalidade dos seres humanos serão enfatizadas e resgatadas. O sujeito do conhecimento é aquele que age em três níveis: em primeiro lugar busca uma relação racional entre o homem e a natureza, afirmando que o não humano não é desumano e o humano não é angelical. Portanto, não se busca aqui sacralizar a natureza como quer muitos ambientalistas, realizando uma pretensa volta aos primeiros filósofos gregos denominados como hilozoístas, pois, como afirmaram Adorno e Horkheimer, estes filósofos já eram expressões do Iluminismo ou do Esclarecimento; em segundo lugar, tem em mente uma técnica que esteja sob o domínio dos homens e não determinando os seres humanos como acontece nos dias atuais, onde a razão instrumental coordena e perpassa todos os lócus das vidas dos seres humanos; em terceiro lugar, busca uma superação do sistema capitalista, enfatizando não apenas a questão econômica, social e política, como que também a questão subjetiva.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **O conceito de iluminismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

ARANTES, PE. Vida e Obra. In: HEGEL, GWF. **A ideia e o ideal/o belo artístico ou o ideal**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BACON, F. *Novum Organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

CHADDAD, Flávio Roberto. *Elementos Históricos e Filosóficos da Vertente Instrumental da Temática Ambiental e o Contraponto Marxista*. Mimesis, Bauru, v. 37, n. 1, p. 21-42, 2016.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

JUNGLHAUS, JM. Definição de meio ambiente e sua avaliação nos PCNs. Disponível:<[www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao\\_E\\_Questoes\\_Ambientais/Trabalho/07\\_52\\_33\\_DEFINICAO\\_DE\\_MEIO\\_AMBIENTE\\_E\\_SUA\\_AVALIACAO\\_NOS\\_PCNs.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/1999/Educacao_E_Questoes_Ambientais/Trabalho/07_52_33_DEFINICAO_DE_MEIO_AMBIENTE_E_SUA_AVALIACAO_NOS_PCNs.pdf)> Acesso em: 08 Dez. 2014.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LOUREIRO, I. Herbert Marcuse – anticapitalismo e emancipação. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.28, n.2, p.7-20, 2005.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSE, H. **Razão e revolução**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

MARQUES, J. **Descartes e sua concepção de homem**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

OLIVEIRA, EM; BUCHALA, AS. Educação, meio ambiente e desenvolvimento humano: da crise do paradigma científico à necessidade da dialética. In: Raquel Lazzari Leite Barbosa (Org). **Formação de educadores – artes e técnicas – ciências e políticas**. 1ºed. São Paulo: Editora UNESP, 2007, v.1, p.331-351.

SANTOS, BS. **Um discurso sobre as ciências**. 15ºed. Porto: Afrontamento, 2007.

